

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para aquisição de grade aradora conforme convenio nº 984160/2025, destinados as necessidades da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Município de Bragança-PA.

### 2. JUSTIFICATIVA

A elaboração do presente Termo de Referência faz-se necessária para estabelecer as condições, especificações técnicas e demais critérios destinados à aquisição de 01 (uma) Grade Aradora de 14 discos, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural, no âmbito do Convênio Federal nº 984160/2025.

O documento tem por finalidade subsidiar a contratação, garantindo o adequado planejamento da aquisição, a definição precisa do objeto e a observância dos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

Além disso, o Termo de Referência busca assegurar que o equipamento a ser adquirido atenda às demandas operacionais da Secretaria, contribuindo para o fortalecimento das ações de mecanização agrícola, apoio à agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável no Município de Bragança-PA.

### 3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	<b>GRADE ARADORA 14 DISCOS.</b> Estrutura: Vigas Tubulares, Tipo Engate: De Arrasto, Largura Arada: Aproximadamente 1.750 MM, Profundidade Sulco: 150 A 180 MM, Tipo Mancais: Lubrificado A Óleo, Sistema Transporte: Rodas/Acionadas Pistão Hidráulico, Quantidade Disco: Mínimo 14, Diâmetro Disco: Mínimo 26 POL, Características Adicionais: Controle Remoto E Rodeiro Simples, Potência Mínima Requerida Trator: 75 HP, Espaçamento: Aproximadamente 235 MM.	Unidade	01

### 4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

A grade aradora objeto desta contratação terá as seguintes especificações técnicas, que deverão ser rigorosamente observadas pelas empresas participantes:

#### Item 1– Grade Aradora 14 Discos

- Estrutura: Vigas Tubulares;
- Tipo Engate: De Arrasto;
- Largura Arada: Aproximadamente 1.750 MM;
- Profundidade Sulco: 150 A 180 MM;
- Tipo Mancais: Lubrificado A Óleo;
- Sistema Transporte: Rodas/Acionadas Pistão Hidráulico;
- Quantidade Disco: Mínimo 14;
- Diâmetro Disco: Mínimo 26 POL;
- Características Adicionais: Controle Remoto E Rodeiro Simples;

- Potência Mínima Requerida Trator: 75 HP;
- Espaçamento: Aproximadamente 235 MM.

O equipamento deve ser entregue com garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação e acompanhados de Termo de Garantia, Certificado de Origem e Nota Fiscal em nome do Município de Bragança-PA. O fornecimento deverá incluir frete, descarga e entrega técnica no local indicado pela Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

## 5. LOCAL, CONDIÇÕES E HORÁRIO

5.1. A entrega do equipamento objeto desta contratação deverá ocorrer na sede da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural, ou em outro endereço previamente indicado pela Administração Municipal, dentro dos limites do município;

5.2. Caberá à CONTRATADA a responsabilidade pelos custos operacionais relativos à entrega, no local indicado pela SADER;

5.3. Caberá ao servidor designado rejeitar totalmente ou em parte, o item que não esteja de acordo com as exigências, bem como determinar prazo para substituição daqueles eventualmente fora de especificação;

5.4. A Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural, prestará todos os esclarecimentos que lhe sejam solicitados pelos interessados, estando disponível de segunda a sexta-feira, das 8:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 18:00 horas, localizada na Passagem Nossa Sra. Da Glória, s/n, Bairro: Riozinho, CNPJ: 59.163.300/0001-34 – Bragança/PA, CEP 68.600-000.

## 6. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO

6.1. A habilitação será concedida mediante a verificação da regularidade da empresa perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). E quando



aplicável, as Fazendas Estaduais e Municipais, será exigida a comprovação do atendimento aos requisitos de habilitação jurídica, bem como das qualificações técnicas e econômico-financeiras;

6.2. A habilitação técnica será comprovada mediante a apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem o fornecimento anterior compatível com o objeto da contratação, com desempenho satisfatório;

6.3. A empresa deverá apresentar catálogos, fichas técnicas ou declarações do fabricante, quando solicitado, comprovando a procedência, a compatibilidade e a qualidade dos itens ofertados, nos moldes exigidos pela Administração;

6.4. Será vedada a participação de empresas que se encontrem suspensas de contratar com o Poder Público, declaradas inidôneas ou impedidas de licitar ou contratar, nos termos da legislação vigente;

6.3. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se detalhado nos tópicos específicos do Estudo Técnico Preliminar do objeto, apêndice deste Termo de Referência.

## 7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes do presente processo licitatório serão custeadas por dotação orçamentária a ser oportunamente indicada pelo setor competente, no momento adequado do trâmite processual, em conformidade com a disponibilidade orçamentária e financeira do exercício vigente.

## 8. PRAZO DE ENTREGA E RECEBIMENTO

8.1. A contratada deverá realizar a entrega dos bens no prazo **máximo de 30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do recebimento da nota de empenho, da assinatura do contrato ou do instrumento equivalente, conforme estabelecido no edital de licitação.

O recebimento dos equipamentos ocorrerá em duas etapas, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021:

- **Recebimento provisório:** no ato da entrega dos bens, para fins de conferência da conformidade com as especificações técnicas exigidas, mediante termo circunstanciado assinado por representante da Administração;
- **Recebimento definitivo:** após a verificação da integridade, funcionalidade e regularidade da documentação dos equipamentos entregues, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** após o recebimento provisório, mediante termo circunstanciado emitido pela Comissão de Recebimento designada.

A entrega deverá ocorrer no endereço indicado pela Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Bragança-PA, em dias úteis e dentro do horário de funcionamento da repartição, mediante agendamento prévio.

## 9. FORMA DE PAGAMENTO OU CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

9.1. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada;

9.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes ao pagamento, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras;

9.3. O pagamento será creditado em nome da Contratada, mediante ordem bancária em conta corrente por ele indicada, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de entrega, devidamente protocolada, da respectiva Nota Fiscal, bem como o atesto do responsável pelo recebimento nesta, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Termo;

9.4. Nenhum pagamento será efetuado a Empresa Contratada se a mesma não estiver em dia com suas regularidades fiscal e trabalhista;

9.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela administração o valor de pagamento provocados

exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data do seu vencimento até o efetivo adimplemento da parcela, em que juros de mora serão calculados à taxa de 0,5 (meio por cento) ao mês ou 6% (seis por cento) ao ano, capitalizados diariamente em regime de juros simples;

9.6. O valor dos encargos é calculado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos devidos;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438.

## 10. DO REAJUSTE EM SENTIDO GERAL

10.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas;

10.1.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da Contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o dever de ser adotado o reajustamento pelo IPCA/IBGE, pois é o índice oficial de monitoramento da inflação no Brasil, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anuidade;

10.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

10.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a



apresentada memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;

10.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

10.5. caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

10.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

10.7. Reajuste será realizado por apostilamento.

## 11. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

11.1. Fornecer o objeto descrito neste Termo de Referência, rigorosamente de acordo com as especificações técnicas exigidas, em perfeitas condições de funcionamento, novos, sem uso anterior, de fabricação recente e com garantia de fábrica;

11.2. Realizar a entrega da grade aradora no local designado pela contratante, no Município de Bragança-PA, no prazo estabelecido, acompanhada de todos os manuais técnicos, certificados de garantia e demais documentos exigidos;

11.3. Responsabilizar-se integralmente pelo transporte, acondicionamento, seguro e demais encargos necessários para a entrega do objeto no local indicado, sem quaisquer ônus adicionais à contratante;

11.4. Garantir o pleno funcionamento do equipamento, responsabilizando-se pela substituição ou reparo de quaisquer itens que apresentem defeitos de fabricação ou vícios ocultos, no prazo de garantia oferecido, sem custo adicional para a Administração;

11.5. Prestar, quando solicitado, esclarecimentos técnicos relativos ao funcionamento e à operação do equipamento;

- 11.6. Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e econômico-financeira exigidas no processo licitatório;
- 11.7. Cumprir fielmente os prazos acordados, bem como as demais obrigações previstas no contrato, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021;
- 11.8. Assumir inteira responsabilidade por danos causados à contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, inclusive no transporte e manuseio dos equipamentos.

## 12. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 12.1. Cumprir às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 12.2. Garantir os meios necessários à formalização e à execução do contrato, observando os prazos e procedimentos estabelecidos na legislação vigente;
- 12.3. Emitir a nota de empenho ou documento equivalente, conforme previsão contratual e disponibilidade orçamentária, assegurando os recursos financeiros necessários ao cumprimento do objeto da contratação;
- 12.4. Receber provisoriamente o bem, por servidor ou comissão designada, no local e condições especificadas neste Termo de Referência, para verificação da conformidade com as exigências técnicas do edital;
- 12.5. Realizar o recebimento definitivo do bem, após a devida conferência, testes operacionais e análise documental, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021;
- 12.6. Comunicar formalmente à contratada qualquer irregularidade, vícios ou defeitos identificados no bem entregue, bem como solicitar, quando necessário, a substituição ou correção do item em desacordo com o contrato;
- 12.7. Assegurar à contratada o acesso ao local de entrega, prestando as informações e o suporte necessários à perfeita execução contratual;



12.8. Proceder ao pagamento devido, nos prazos estipulados, mediante apresentação da documentação fiscal adequada e após o recebimento definitivo dos bens;

12.9. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, registrando em relatório próprio as ocorrências relevantes, conforme preceitua a legislação aplicável.;

12.10. Cumprir com as demais obrigações constantes no termo e referência e outras previstas no Contrato Administrativo a ser celebrado.

### 13. DA FISCALIZAÇÃO

13.1 Nos termos do artigo art. 7º da Lei nº 14.133/21, a responsabilidade pela gestão desta contratação ficará a cargo da Secretaria, através do servidor designado, que também será responsável pelo recebimento e atesto do documento de cobrança;

13.2 A fiscalização deste Contrato será realizada por servidor a ser indicado pela Secretaria Municipal Agricultura e Desenvolvimento Rural.

13.3 A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência;

13.4 Ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência por parte da contratada, os titulares da fiscalização deverão, de imediato, comunicar por escrito ao órgão de administração da CONTRATANTE, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na lei.

13.5 O representante da fiscalização dos contratos:

Fiscal: **BRUNA SUELLEN SALGADO DE OLIVEIRA**, CPF: 012.664.602-33, RG: 6347871, PORTARIA Nº 012/2026; Engenheira Agrônoma.

### 14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/21, art. 155, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Com base no art. 156 da Lei 14.133/21, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- I. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- II. **Multa**:
  - moratória de 5 % (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
- III. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

IV. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei);

14.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º);

14.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º);

14.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157);

14.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º);

14.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

14.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

14.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



14.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

14.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160);

14.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161);

14.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

## 15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

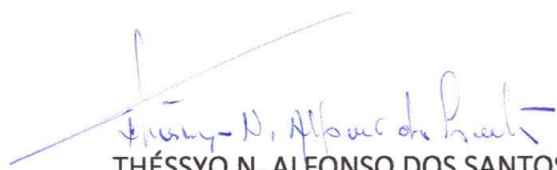

15.1. Os casos omissos no Termo de Referência, deverão ser supridos pela Lei nº 14.133/2021, bem como as dúvidas suscitadas deverão ser esclarecidas pelos órgãos supracitados ou a quem eles designarem, no endereço constante neste Termo de Referência;

15.2. A Administração poderá revogar o processo ou rescindir o contrato, por motivo de interesse público e deverá realizar a anulação da licitação quando houver ilegalidade, sendo de ofício ou mediante provocação de terceiro;

15.3. A contratada responderá de maneira absoluta e inescusável pelo objeto deste Termo de Referência, assumindo inteira, total e exclusiva responsabilidade pelo serviço a ser contratado.

Bragança-PA, 15 de maio de 2026.

  
ADRIELY MAYARA PINHEIRO MESCOUTO  
Assistente Administrativo  
  
Assistente Administrativo

  
THÉSSYO N. ALFONSO DOS SANTOS  
Secretário Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural  
  
Thésyo N. Alfonso dos Santos  
Sec. de Agricultura e D. Rural  
Portaria Nº 011/2025